

## A ESCOLA PRIMÁRIA NOTURNA NA POLÍTICA EDUCACIONAL MINEIRA - 1891/1924

Vera Lúcia Nogueira

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho.

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Ano 2009

### Resumo de Tese de Doutorado

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de configuração da política educacional mineira para a população jovem e adulta trabalhadora no período de 1891 a 1924. Também, compreender as implicações das reformas educacionais na definição e organização do ensino primário noturno desenvolvido pelo Estado, municipalidades, por particulares e por associações operárias. As principais fontes analisadas foram os anais do Congresso Mineiro; as legislações educacionais; os termos de inspeção técnica de ensino e relatórios das diretoras; as correspondências diversas, expedidas e recebidas pela Secretaria do Interior; os relatórios dos Secretários do Interior e Justiça; as mensagens dos Presidentes do Estado, dentre outras. Além dessas fontes foram utilizados também os jornais de época, como o órgão oficial do Estado, o jornal “Minas Gerais”; “O Labor”, órgão de difusão da Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais; e “O Confederal”, do Centro Confederativo do Estado, dentre outros. A política educacional para atendimento aos trabalhadores mineiros foi se constituindo *pari passu* à construção da política de escolarização da infância e somente a partir da terceira década republicana os destinatários dessas políticas começaram a ser diferenciados progressivamente, principalmente, por meio da definição de uma idade escolar e de programas de ensino específicos para as escolas noturnas. Pode-se afirmar também que a preocupação com a instrução dos trabalhadores ganhou espaço na agenda política do movimento operário e transformou-se em iniciativas concretas. Destaca-se que a convivência intergeracional pode ser considerada uma das características do ensino noturno primário mineiro, bem como a ambigüidade na elaboração dos programas e o tratamento infantilizado nas instruções de ensino destinadas ao sujeito adulto que freqüentava as aulas noturnas. Pode-se ainda destacar, dentre outras, que a política de atendimento educacional aos trabalhadores mineiros contou com uma rede de instituições articuladas em torno do objetivo comum de instruir, levar as luzes à “pobreza envergonhada” do Estado, conforme referida em vários momentos pelos legisladores mineiros.